Ser Educacional S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e relatório dos auditores independentes

pwc

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ser Educacional S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ser Educacional S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Ser Educacional S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

PricewaterhouseCoopers, Rua Padre Carapuceiro 733, 8º, Recife, PE, Brasil 51020-280, Caixa Postal 317
T: (81) 3465-8688, F: (81) 3465-1063, www.pwc.com/br

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ser Educacional S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ser Educacional S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ser Educacional S.A.

Reemissão das demonstrações financeiras e relatório de auditoria

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 (a) e (b) às demonstrações financeiras, que descrevem as atualizações e reemissões das demonstrações financeiras no contexto do processo de abertura de capital. Emitimos nosso relatório do auditor independente originalmente com data de 9 de maio de 2013 sobre as demonstrações financeiras emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na Nota 2.1 (a), emitimos novo relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras reemitidas em 22 de agosto de 2013. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 2.1 (b), a administração promoveu nova atualização e reemissão dessas demonstrações financeiras em virtude dos assuntos também descritos nessa nota. Devido à atualização descrita na Nota 2.1 (b), emitimos esse novo relatório de auditoria sobre essas demonstrações financeiras reemitidas. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desses assuntos.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recife, 30 de setembro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

Marco Aurélio de Castro e Melo
Contador CRC 1SP153070/ O-3 "S" PE

Ser Educacional S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 2012	Controladora 2011	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.479	2.812	17.182	3.387
Títulos e valores mobiliários	6		9.175		9.175
Contas a receber de clientes	7	26.236	18.683	47.454	28.667
Tributos a recuperar	8	3.107	3.624	4.425	6.211
Adiantamentos a fornecedores		1.457	3.362	1.945	4.363
Partes relacionadas	23	165	252	171	171
Outros ativos		1.365	2.720	2.878	4.571
		47.809	40.628	74.055	56.545
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	7	5.961	7.443	7.695	8.942
Depósitos judiciais					720
Outros ativos		276	51	441	400
Investimentos	9	118.430	78.339		
Intangível	10	3.440	3.358	30.046	25.162
Imobilizado	11	186.202	142.119	267.054	195.143
		314.309	231.310	305.236	230.367
Total do ativo		362.118	271.938	379.291	286.912

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora 2012	Controladora 2011	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Circulante					
Fornecedores	12	1.759	5.509	3.648	6.241
Compromissos a pagar	13	12.763	8.390	12.763	8.390
Empréstimos e financiamentos	14	37.897	4.182	38.854	4.603
Salários e encargos sociais	15	10.409	8.387	16.585	12.024
Tributos a recolher	8	2.363	2.516	3.835	4.874
Imposto de renda e contribuição social a recolher		981	450	2.016	1.055
Obrigações de arrendamento mercantil	16	981	865	1.120	978
Partes relacionadas	23	4.726	816		
Dividendos a pagar		6.573	1.905	6.573	1.905
Outros passivos		382	1.941	737	2.529
		78.834	34.961	86.131	42.599
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	41.503	46.675	42.542	47.245
Obrigações de arrendamento mercantil	16	46.747	47.728	54.981	54.136
Compromissos a pagar	13	1.396	1.471	1.396	1.471
Tributos a recolher	8			78	352
Provisão para contingências	24	463	173	965	173
		90.109	96.047	99.962	103.377
Patrimônio líquido	17				
Atribuído aos acionistas da Controladora					
Capital social		70.971	70.971	70.971	70.971
Reserva de lucros		127.133	77.079	127.133	77.079
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.929)	(7.120)	(4.929)	(7.120)
Total do patrimônio líquido		193.175	140.930	193.175	140.930
Participação dos não controladores				23	6
		193.175	140.930	193.198	140.936
Total do passivo e patrimônio líquido		362.118	271.938	379.291	286.912

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receita líquida	18	169.765	122.905	283.285	183.517
Custo	19	(58.461)	(46.624)	(102.187)	(71.816)
Lucro bruto		111.304	76.281	181.098	111.701
Despesas gerais e administrativas	20	(65.875)	(47.719)	(99.106)	(67.112)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(3.085)	1.331	(5.587)	740
Participação nos lucros de controladas	9	31.853	11.414		
Lucro operacional		74.197	41.307	76.405	45.329
Receita financeira	21	6.003	4.789	8.944	6.768
Despesas financeiras	21	(14.777)	(13.966)	(18.362)	(18.813)
Despesas financeiras, líquidas	21	(8.774)	(9.177)	(9.418)	(12.045)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		65.423	32.130	66.987	33.284
Imposto de renda e contribuição social	22	(12.583)	(7.830)	(24.823)	(13.387)
Incentivo fiscal - Prouni	22	11.399	7.253	22.092	11.655
Lucro líquido do exercício		64.239	31.553	64.256	31.552
Atribuível a					
Acionistas da Controladora				64.239	31.553
Participação dos não controladores				17	(1)
				64.256	31.552
Média ponderada das ações no final do exercício (em milhares)*				107.515	107.515
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Controladora durante o exercício (expresso em R$ por ação)				0,60	0,29

* Vide Nota 17 (a)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

		Atribuível aos acionistas da controladora										
					Reserva de lucros							
	Nota Explicativa	Capital social	Gastos com emissões de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Incentivos fiscais	Legal	Retenção	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2011		71.837	(866)	(9.311)	34.836	3.271	14.336	1.720		115.823	7	115.830
Lucro líquido do exercício									31.553	31.553	(1)	31.552
Constituição da reserva de incentivo fiscal	17 b)				7.390				(7.390)	-		-
Constituição da reserva legal	17 c)					1.578			(1.578)	-		-
Dividendo mínimo obrigatório	17 f)								(4.580)	(4.580)		(4.580)
Dividendos propostos	17 f)							283	(283)	-		-
Distribuição de dividendos	17 f)							(1.866)		(1.866)		(1.866)
Constituição da reserva de retenção de lucros	17 d)						15.531		(15.531)	-		-
Realização do ajuste do custo atruibuído ("*deemed cost*")	17 e)			2.191					(2.191)	-		-
Em 31 de dezembro de 2011		71.837	(866)	(7.120)	42.226	4.849	29.867	137	-	140.930	6	140.936
Lucro líquido do exercício									64.239	64.239	17	64.256
Constituição da reserva de incentivo fiscal	17 b)				11.399				(11.399)	-		-
Constituição da reserva legal	17 c)					3.212			(3.212)	-		-
Dividendo mínimo obrigatório	17 f)								(9.734)	(9.734)		(9.734)
Dividendos propostos	17 f)							2.123	(2.123)	-		-
Distribuição de dividendos	17 f)							(2.260)		(2.260)		(2.260)
Constituição da reserva de retenção de lucros	17 d)						35.580		(35.580)	-		-
Realização do ajuste do custo atruibuído ("*deemed cost*")	17 e)			2.191					(2.191)	-		-
Em 31 de dezembro de 2012		71.837	(866)	(4.929)	53.625	8.061	65.447	-	-	193.175	23	193.198

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota Explicativa	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		65.423	32.130	66.987	33.284
Ajustes de					
Depreciação e amortização	10 e 11	9.233	8.586	13.453	11.134
Provisão para contingências		312		814	
Resultado de equivalência patrimonial	9	(31.853)	(11.414)		
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	7 (d)	9.731	3.330	15.566	6.741
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	21	13.219	12.286	14.688	13.530
		66.065	44.918	111.508	64.689
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(15.802)	(13.940)	(33.043)	(20.480)
Tributos a recuperar		517	(166)	1.784	(2.563)
Adiantamentos a fornecedores		1.905		2.354	
Outros ativos		1.130	(4.295)	1.852	(4.714)
Fornecedores		(3.750)	4.251	(2.733)	4.152
Salários e encargos sociais		2.022	570	4.280	1.468
Tributos a recolher		378	(513)	(440)	(10)
Imposto de renda e contribuição social a recolher					
Outros passivos		(1.581)	1.947	(1.810)	1.910
Caixa gerado nas operações		50.884	32.772	83.752	44.452
Juros pagos de empréstimos		(8.208)	(8.112)	(9.610)	(9.142)
Imposto de renda e contribuição social pago		(1.184)	(577)	(2.731)	(1.732)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		41.492	24.083	71.411	33.578
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários	6	9.175	(9.175)	9.175	(9.175)
Adições ao Investimento		(22.578)	(25.032)		
Distribuição de lucros das investidas	9		5.322		
Adições ao imobilizado		(47.914)	(37.490)	(77.797)	(47.010)
Adições ao intangível		(1.590)	(2.272)	(2.213)	(2.706)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	26			(2.124)	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(62.907)	(68.647)	(72.959)	(58.891)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	14	25.169	35.000	25.175	35.061
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(1.433)	(1.881)	(1.508)	(2.679)
Amortização de arrendamentos mercantis	16	(865)	(654)	(996)	(754)
Partes relacionadas	23	18.537	18.495	(2)	
Dividendos pagos aos acionistas da companhia	17 (f)	(7.326)	(5.331)	(7.326)	(5.331)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos		34.082	45.629	15.343	26.297
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		12.667	1.065	13.795	984
Caixa e equivalentes a caixa		12.667	1.065	13.795	984
No início do exercício		2.812	1.747	3.387	2.403
No final do exercício		15.479	2.812	17.182	3.387

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receitas					
Receita de Serviços	18	208.565	153.948	342.030	227.820
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	20	(9.731)	(3.330)	(16.898)	(6.741)
Deduções da Receita	18	(38.800)	(31.043)	(58.745)	(44.303)
		160.034	**119.575**	**266.387**	**176.776**
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços prestados por PF e PJ	19 e 20	(11.225)	(8.744)	(14.485)	(11.116)
Energia elétrica, água e telefone	19 e 20	(4.736)	(3.863)	(8.968)	(6.259)
Publicidade e propaganda	20	(10.182)	(6.536)	(19.637)	(12.041)
Materiais de expediente	20	(3.152)	(2.243)	(4.070)	(2.832)
Outros		(7.565)	(1.448)	(12.316)	(3.183)
		(36.860)	**(22.834)**	**(59.476)**	**(35.431)**
Valor adicionado bruto		**123.174**	**96.741**	**206.911**	**141.345**
Depreciação e amortização	19 e 20	(9.233)	(8.586)	(13.453)	(11.310)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**113.941**	**88.155**	**193.458**	**130.035**
Receitas financeiras	21	6.003	4.789	8.944	6.768
Participação no lucro de controladas	9	31.853	11.414	-	-
Valor adicionado total a distribuir		**151.797**	**104.358**	**202.402**	**136.803**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos sociais	19 e 20	(62.221)	(51.000)	(102.141)	(74.900)
Impostos, Taxas e Contribuições		(2.346)	(1.907)	(4.510)	(3.296)
Tributos Federais		(1.184)	(577)	(2.731)	(1.732)
Tributos Municipais		(1.162)	(1.330)	(1.779)	(1.564)
Remuneração de capitais de terceiros		(22.991)	(19.898)	(31.495)	(27.035)
Despesas financeiras	21	(14.777)	(13.966)	(18.362)	(18.813)
Aluguéis	20	(8.214)	(5.932)	(13.133)	(8.222)
Dividendos		(13.899)	(5.331)	(13.899)	(5.351)
Lucro Líquido do Exercício		(50.340)	(26.222)	(50.357)	(26.221)
Valor adicionado distribuído		**(151.797)**	**(104.358)**	**(202.402)**	**(136.803)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

A Ser Educacional S.A. ("Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e administração de atividades nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e outras áreas associadas à educação e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia era uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, Estado de Pernambuco, com registro arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

O Grupo possui treze empresas, sendo onze mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada e, reúne um Centro Universitário e quatorze faculdades, distribuídas em dez Estados do país.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além dos lucros líquidos dos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

(a) Reapresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram preparadas para o processo de abertura de capital junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A reapresentação contempla as exigências de divulgação feitas pela CVM em relação às companhias de capital aberto. As demonstrações financeiras foram emitidas originalmente em 9 de maio de 2013 e foram reemitidas em 22 de agosto de 2013.

(b) Ajustes adicionais às demonstrações financeiras

A administração efetuou nova alteração e está reapresentando essas demonstrações financeiras para incluir determinadas informações descritivas nas notas 4, 7, 16 e 23. Essas divulgações referem-se, substancialmente, a complementos e cruzamentos de informações entre notas explicativas das

demonstrações financeiras, com o objetivo de melhor detalhar e esclarecer aspectos qualitativos de divulgação nas referidas notas explicativas.

Devido às alterações descritas nas notas explicativas, como descrito acima, reapresentamos estas demonstrações financeiras conforme aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2013.

(c) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(d) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Diretas %	
	2012	**2011**
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	99,99
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADE	99,99	99,99
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	99,99
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	99,99
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.- CETEBA	99,99	99,99
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	99,99
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	99,99
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutri	99,99	99,99
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	99,99
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	99,99	*
Universo Professores Associados - FAUNI	99,99	*

(*) Controladas adquiridas em 2012

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

2.4.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.4.3 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como empréstimos e recebíveis.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços arrecadados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*).

2.6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. É calculada pela administração quando existe evidência objetiva de perda, considerando o fluxo de caixa esperado, descontado pela taxa efetiva de juros.

2.7 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações financeiras da controladora, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.8 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" no consolidado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(b) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado da relação com o aluno.

(c) Licenças e implantações de *softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(d) Licenças de operação

As licenças de operação são capitalizadas com base nos gastos incorridos junto ao Ministério de Educação referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos oferecidos, assim como recredenciamento das Unidades. As licenças têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de vigência das licenças obtidas junto ao Ministério da Educação.

(e) Conteúdo Digital

O Conteúdo Digital é capitalizado com base nos custos incorridos para adquirir direitos de uso de conteúdos digitais a serem utilizados na prestação de serviço da Companhia. Esses custos são amortizados durante o prazo do contrato.

(f) Convênios

Os convênios são capitalizados com base nos custos incorridos para firmar contratos, junto a empresas parceiras, que confiram aos alunos do Grupo o direito de exercer as atividades de graduação complementares, necessárias para sua formação acadêmica. Esses custos são amortizados durante o prazo dos referidos contrato.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo menos depreciação acumulada e perda para *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de indicador de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a Unidade Geradora de Caixa. O valor líquido de venda é determinado com base em contrato de venda entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo.

2.11 Fornecedores e compromissos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

2.12 Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo, são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, e sob estes contratos os ativos são reconhecidos inicialmente pelo menor valor entre o valor justo e pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato em contrapartida de um passivo financeiro, reconhecido pelo valor presente dos pagamentos do contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e considerando a taxa efetiva de juros do contrato.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Provisões

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.15 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas.

(b) PIS e COFINS

Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", incidem o Programa de Integração Social "PIS" e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS" nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentas do Programa de Integração Social "PIS" e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS".

(c) PROUNI

As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e,
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

(d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os recebimentos antecipados de matrícula e mensalidades são registrados como “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

(b) Receitas e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.19 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.20 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única Unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.21 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

. IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

. IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

. IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Passivos contingentes

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributarias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos passivos contingentes consolidado é de R$ 965 (2011 - R$ 173). Vide Nota 24.

(b) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa para as UGCs fossem 1% maior que as estimativas da administração, a Companhia continuaria sem a necessidade do reconhecimento de perda (impairment) do ágio.

(c) Alocação de valor justo nas combinações de negócios

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) e identifica os itens de ativos e passivos a serem registrados. Nesse contexto, utiliza-se de julgamentos para identificar os ativos intangíveis adquiridos, bem como passivos contingentes assumidos. Estimativas são utilizadas para determinação dos valores justos dos ativos e passivos da combinação e também do ágio residual. (vide comentários na Nota 26).

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

(a) Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 31.190, por conta, principalmente, do reconhecimento de dívida do empréstimo de curto prazo no valor de R$ 25.000 contratado junto ao banco Santander para execução de seus investimentos e cumprimento de outras obrigações.

Dando continuidade aos objetivos estratégicos a Companhia repactuou o empréstimo de R$ 25.000 em 2013, também junto ao banco Santander, no valor de R$ 50.000, com carência de 24 meses.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as Unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São avaliados cenários, levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, o Grupo monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa. A Companhia mantém registrado provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição, análise de crédito (SPC e Serasa).

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado, conforme Nota 7 (d) que demonstra também a movimenção da provisão para devedores duvidosos no período.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas, atuam de acordo com sua política financeira, onde os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários encontram-se com instituições financeiras com risco de crédito BBB de acordo com agência de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's.

(c) Risco de liquidez

É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.
A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**
Em 31 de dezembro de 2012				
Dividendos a pagar	6.573			
Empréstimos e financiamentos	39.531	14.043	27.843	2.085
Arrendamento Mercantil	6.967	6.967	20.901	76.835
Fornecedores	1.759			
Compromisso a pagar	12.763	1.396		
Em 31 de dezembro de 2011				
Dividendos a pagar	1.905			
Empréstimos e financiamentos	5.901	11.572	33.494	5.388
Arrendamento Mercantil	6.967	6.967	20.901	83.802
Fornecedores	5.460			
Compromisso a pagar	8.390	1.471		

	Consolidado			
	Menos de um ano	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**
Em 31 de dezembro de 2012				
Dividendos a pagar	6.573			
Empréstimos e financiamentos	40.710	14.923	28.109	2.085
Arrendamento Mercantil	8.287	8.287	24.861	91.320
Fornecedores	3.648			
Compromisso a pagar	12.763	1.396		
Em 31 de dezembro de 2011				
Dividendos a pagar	1.905			
Empréstimos e financiamentos	6.436	12.035	33.666	5.388
Arrendamento Mercantil	7.987	7.987	23.861	95.232
Fornecedores	6.241			
Compromisso a pagar	8.390	1.471		

Em 2012, o Grupo contratou empréstimo de capital de giro no valor de R$ 25.000 visando financiar seu crescimento.Dando continuidade aos objetivos estratégicos, a administração adotou medidas para suprir a insuficiência de capital de giro através de aquisição de financiamento de longo prazo, em 2013, também junto ao banco Santander, no valor de R$ 50.000.

Esse empréstimo tem carência de 24 meses e a amortização do seu principal terá início somente em 2015.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2012	**2011**
Total de empréstimos e financiamentos bancários (Nota 14)	81.396	51.848
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(17.182)	(3.387)
Menos: Títulos e valores mobiliários		(9.175)
Dívida líquida	64.214	39.286
Total do patrimônio líquido	193.198	140.936
Total do patrimônio líquido e dívida líquida	257.412	180.222
Índice de alavancagem financeira	25%	22%

4.3 – Analise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 28 de novembro de 2012 (7,25% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

		Cenário Elevação do CDI e TJLP		
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Aplicações Financeiras	CDI	7,25%	9,06%	10,88%
12.563		911	1.139	1.366
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Capital de Giro	CDI	7,25%	9,06%	10,88%
(67.923)		(4.924)	(6.156)	(7.387)
Finame	TJLP	5,50%	6,88%	8,25%
(5.979)		(329)	(411)	(493)
Posição Líquida		(4.342)	(5.428)	(6.514)

		Cenário Queda do CDI e TJLP		
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Aplicações Financeiras	CDI	7,25%	5,44%	3,63%
12.563		911	683	455
Operações	**Risco**	**Cenário Provável (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Capital de Giro	CDI	7,25%	5,44%	3,63%
(67.923)		(4.924)	(3.693)	(2.462)
Finame	TJLP	5,50%	4,13%	2,75%
(5.979)		(329)	(247)	(164)
Posição Líquida		(4.342)	(3.257)	(2.171)

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	2012	2011
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	2.922	214
Aplicações financeiras	12.557	2.598
Títulos e valores mobiliários		9.175
Contas a receber de clientes	32.197	26.126
Partes relacionadas	165	252
	47.841	38.365
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	79.400	50.857
Arrendamento Mercantil	47.728	48.593
Partes relacionadas	4.726	816
Fornecedores	1.759	5.509
Dividendos a pagar	6.573	1.905
Compromissos a pagar	14.159	9.861
	154.345	117.541

(b) Consolidado

	2012	2011
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	4.619	789
Aplicações financeiras	12.563	2.598
Títulos e valores mobiliários		9.175
Contas a receber de clientes	55.149	37.609
Depósitos judiciais		720
Partes relacionadas	171	171
	72.502	51.062
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	81.396	51.848
Arrendamento Mercantil	56.101	55.114
Fornecedores	3.648	6.241
Dividendos a pagar	6.573	1.905
Compromissos a pagar	14.159	9.861
	161.877	124.969

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

6 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Numerários em caixa	39	35	189	49
Bancos - conta corrente	2.883	179	4.430	740
Apliacações financeiras	12.557	2.598	12.563	2.598
Caixa e equivalentes de caixa (a)	15.479	2.812	17.182	3.387
Debêntures de Instituições Financeiras		9.175		9.175
Títulos e valores mobiliários (b)		9.175		9.175
Total	15.479	11.987	17.182	12.562

(a) O Caixa e equivalentes de caixa consiste em numerário disponível na Companhia, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo – com vencimento não superior a 90 dias, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) As operações compromissadas do banco Santander são lastreadas por debêntures de primeira linha e estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 103,50% do CDI.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Mensalidades de alunos (a)	28.912	21.583	50.770	36.284
FIES a Receber (c)	4.866	2.735	12.117	4.992
Acordos a receber (b)	13.601	10.181	20.615	15.376
Creditos educativos a receber (c)	10.024	7.443	13.882	8.942
Outros	1.737	1.396	3.426	2.110
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(26.943)	(17.212)	(45.661)	(30.095)
	32.197	26.126	55.149	37.609
(-) Circulante	(26.236)	(18.683)	(47.454)	(28.667)
Não circulante	5.961	7.443	7.695	8.942

(a) Mensalidades de alunos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a análise do vencimento dos saldos de mensalidades de alunos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Vencidas até 30 dias	2.834	1.773	5.158	3.080
Vencidas de 31 a 60 dias	2.218	1.417	4.052	2.455
Vencidas de 61 a 90 dias	2.437	1.256	4.415	2.178
Vencidas de 91 a 179 dias	3.312	2.317	5.858	4.189
Vencidas há mais de 180 dias	19.121	16.214	33.601	26.990
Créditos a identificar	(1.010)	(1.394)	(2.314)	(2.608)
	28.912	21.583	50.770	36.284

(b) Acordos a receber

A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. A Companhia oferece toda forma e meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito, e se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a análise do vencimento dos saldos de acordos a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A vencer	2.056	578	3.378	2.065
Vencidas até 30 dias	850	567	1.377	855
Vencidas de 31 a 60 dias	741	937	1.205	1.225
Vencidas de 61 a 90 dias	751	1.443	1.232	1.733
Vencidas de 91 a 179 dias	1.598	699	2.525	1.095
Vencidas há mais de 180 dias	7.605	5.957	10.898	8.403
	13.601	10.181	20.615	15.376

(c) Créditos educativos a receber e FIES a receber

Os créditos educativos a receber - Sistema FIES, estão representados pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

Outros créditos educativos a receber estão representados pelos créditos educacionais do Fundaplub (Fundação Aplub de Crédito Educativo) e Educred, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos e aprovados pela Companhia, e estão registrados a valor presente. Tais recursos financeiros serão repassados à Companhia e suas controladas após a formatura dos respectivos alunos.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Crédito educativo a receber				
Fundaplub e Educred	10.024	7.443	13.882	8.942
	10.024	7.443	13.882	8.942
(-) Circulante	(4.063)		(6.187)	
Não circulante	5.961	7.443	7.695	8.942
FIES a receber				
FIES a Receber	4.866	2.735	12.117	4.992
	4.866	2.735	12.117	4.992

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida. A evidência objetiva de perda é observada na análise dos percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos, considerando o período de maturação na carteira de clientes, bem como as expectativas de renegociações com os alunos ao longo dos semestres e nos períodos de rematrícula.
A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno com o FNDE de acordo com a modalidade do contrato celebrado. Foi constituída uma provisão de 2,25% (2011 – zero) das operações ocorridas do exercício, considerando as premissas de 15% (2011 – zero)do risco de crédito sobre 15% (2011 – zero)de inadimplência.

Em adição a política supramencionada a Companhia realiza uma análise individual do contas a receber, onde não foram observados itens sujeitos a não recuperabilidade.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
No inicio do exercício	17.212	13.882	30.095	23.354
Baixa de créditos incobráveis			(1.332)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber	9.731	3.330	16.898	6.741
No final do exercício	26.943	17.212	45.661	30.095

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontram-se vencidas, mas não *impaired* os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Vencidas até 30 dias	3.807	2.340	6.773	3.935
Vencidas de 31 a 60 dias	3.061	2.354	5.462	3.680
Vencidas de 61 a 90 dias	3.289	2.699	5.845	3.911
Vencidas de 91 a 179 dias	5.124	3.016	8.877	5.284
Vencidas há mais de 180 dias		3.565		2.690
	15.281	13.974	26.957	19.500

Essas contas referem-se a uma série de alunos independentes o qual os índices de inadimplência históricos da Companhia não indicam a necessidade de se constituir uma provisão para crédito de liquidação duvidososa.

8 Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Tributos a recuperar				
Imposto de renda sobre aplicação financeira		26		26
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.287	2.600	2.980	3.434
Imposto sobre serviço - ISS			387	
Pis e cofins a compensar	20	144	54	144
IOF a recuperar		517		564
Proeduc				1.331
INSS a recuperar	504		504	
Outros	296	337	500	712
	3.107	3.624	4.425	6.211

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Tributos a recolher				
Imposto sobre serviço - ISS	985	1.048	1.567	1.799
PIS e COFINS	79	213	165	265
Imposto sobre operações financeiras - IOF		990		1.886
Imposto de renda retido na fonte	299	265	646	117
INSS	787		787	341
INSS parcelado			160	
ISS parcelado			100	
IPTU a recolher	80		143	
Outros	133		345	818
	2.363	2.516	3.913	5.226

9 Investimentos

(a) Composição do saldo (Controladora)

	Controladora	
	2012	**2011**
Investimentos em empresas controladas	118.430	78.339
	118.430	78.339

(b) Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas (Controladora)

	2012	2011
No início do exercício	78.339	50.712
Adiantamento para futuro aumento de capital social em subsidiarias	19.384	20.939
Aumento de capital		4.093
Distribuição de lucros de subsidiárias	(14.513)	(5.322)
Participação nos lucros de subsidiárias	31.853	11.414
Reversão (constituição) da provisão para perdas	78	(3.909)
Aquisição de controladas	3.394	
Outras variações no patrimônio das subsidiarias	(105)	412
No final do exercício	118.430	78.339

(c) Participação (Controladora)

	Participação	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento 31/12/2012	*Goodwill* 31/12/2012
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	1.737	3.016	1.737	3.016	4.140
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	5	61	5	61	
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	9.286	29.460	9.286	29.460	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	190	917	190	917	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	4.297	9.002	4.297	9.002	4.362
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	9.208	11.909	9.208	11.909	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	1.326	198	1.316	198	
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	8.770	22.072	8.770	22.063	5.125
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	(424)	13.882	(424)	13.872	8.405
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	1.160	330	1.159	330	
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	99,99	(2.579)	995	(2.579)	1.462	1.043
Universo Professores Associados - FAUNI	99,99	(1.112)	845	(1.112)	2.106	959
Total		31.864	92.687	31.853	94.396	24.034

	Participação	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento 31/12/2011	*Goodwill* 31/12/2011
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	(302)	1.279	(302)	1.261	3.847
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	(17)	(18)	(18)		
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	5.811	25.844	5.812	25.842	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	285	718	283	717	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	(1.687)	4.705	(1.687)	4.705	4.362
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	2.145	9.589	2.145	9.589	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	1.756		1.757		
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	5.486	9.582	5.489	9.581	5.125
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	(3.073)	5.500	(3.072)	5.500	7.810
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	1.008		1.007		
Total		11.412	57.199	11.414	57.195	21.144

10 Intangível

(a) Controladora

	Marcas e patentes	Licenças e implantações de *software*	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	Total
Em 31 de dezembro 2011							
Saldo inicial	262	1.145	344	578			2.329
Aquisições	59	789	289	125	828		2.090
Amortização		(427)	(293)	(203)	(138)		(1.061)
Saldo contábil, líquido	321	1.507	340	500	690		3.358
Em 31 de dezembro 2011							
Custo	321	2.855	633	790	828		5.427
Amortização acumulada		(1.348)	(293)	(290)	(138)		(2.069)
Saldo contábil, líquido	321	1.507	340	500	690		3.358
Em 31 de dezembro 2012							
Saldo inicial	321	1.507	340	500	690		3.358
Aquisições		1.124	277	17		172	1.590
Amortização		(685)	(275)	(199)	(331)	(18)	(1.508)
Saldo contábil, líquido	321	1.946	342	318	359	154	3.440
Em 31 de dezembro 2012							
Custo	321	3.979	910	807	828	172	7.017
Amortização acumulada		(2.033)	(568)	(489)	(469)	(18)	(3.577)
Saldo contábil, líquido	321	1.946	342	318	359	154	3.440
Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25	25	20	

(b) Consolidado

	Marcas e patentes	Licenças e implantações de *software*	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	*Goodwill*	Intangíveis identificados em aquisições	Total
Em 31 de dezembro 2011									
Saldo inicial	390	1.233	591	578			20.963		23.755
Aquisições	59	797	716	125	828		181		2.706
Amortização		(461)	(497)	(203)	(138)				(1.299)
Saldo contábil, líquido	449	1.569	810	500	690		21.144		25.162
Em 31 de dezembro 2011									
Custo	449	3.174	1.307	790	828		21.144		27.692
Amortização acumulada		(1.605)	(497)	(290)	(138)				(2.530)
Saldo contábil, líquido	449	1.569	810	500	690		21.144		25.162
Em 31 de dezembro 2012									
Saldo inicial	449	1.569	810	500	690		21.144		25.162
Aquisições		1.195	829	17		172	2.890	1.728	6.831
Baixas	(120)								(120)
Amortização		(729)	(550)	(199)	(331)	(18)			(1.827)
Saldo contábil, líquido	329	2.035	1.089	318	359	154	24.034	1.728	30.046
Em 31 de dezembro 2012									
Custo	329	4.368	2.136	807	828	172	24.034	1.728	34.402
Amortização acumulada		(2.333)	(1.047)	(489)	(469)	(18)			(4.356)
Saldo contábil, líquido	329	2.035	1.089	318	359	154	24.034	1.728	30.046
Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25	25	20			

(c) Goodwill

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o *goodwill* apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	2012	2011
ABES (ii)	8.405	7.517
CETEBA (i)	4.140	4.140
SECARGO (i)	4.362	4.362
ADEA (i)	5.125	5.125
SESPS (iii)	1.043	
FAUNI (iii)	959	
	24.034	21.144

(i) Refere-se ao ágio gerado em combinação de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura
(ii) O aumento do saldo em R$ 888 refere-se ao pagamento adicional aos antigos mantenedores das empresas decorrente de retenção, efetuada à época da transação, para pagamento de contingências adicionais, as quais não se realizaram.
(iii) Referem-se às aquisições da SESPS e FAUNI ocorridas no exercício de 2012. Vide Nota 26.

(d) Intangíveis identificados

Em 31 de dezembro de 2012, os intangíveis identificados apurados nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

		2012
	Licenças de cursos (i)	Total
SESPS	467	467
FAUNI	1.261	1.261
	1.728	1.728

(i) As licenças de cursos adquiridas através de combinação de negócios foram registradas inicialmente pelo seu valor justo. Esses ativos intangíveis identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.

(e) Perda (*impairment*) do *goodwill* e intangíveis com vida útil indefinida

O *goodwill* e intangíves identificados com vida útil indefinida são alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com as respectivas Unidades.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos, usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

	2012	2011
Margem bruta (a)	70%	70%
Taxa de crescimento (b)	3%	3%
Taxa de desconto (c)	12,3%	12,3%

(a) Margem bruta orçada

(b) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(c) Taxa de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa, baseada no custo médio ponderado do capital (CAPM), baseado nas médias de mercado.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. A taxa de desconto utilizada corresponde à taxa antes dos impostos e reflete riscos específicos do negócio. O teste de recuperação dos ativos, efetuado em 31 de dezembro de 2012, não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

11 Imobilizado

(a) Composição do saldo – Controladora

	Computador	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2011											
Saldo inicial	864	55.630	3.476	352	11.036	1.781	4.076	10.300	87.515	19.567	107.082
Aquisições	1.139	1.402	835	116		489	745	28.294	33.020	9.767	42.787
Alienações				(225)					(225)		(225)
Depreciação	(147)	(4.256)	(675)	(155)	(821)	(212)	(1.259)		(7.525)		(7.525)
Saldo contábil, líquido	1.856	52.776	3.636	88	10.215	2.058	3.562	38.594	112.785	29.334	142.119
Em 31 de dezembro 2011											
Custo	2.287	69.306	5.165	258	12.304	2.952	7.672	38.594	138.538	29.334	167.872
Depreciação acumulada	(431)	(16.530)	(1.529)	(170)	(2.089)	(894)	(4.110)		(25.753)		(25.753)
Saldo contábil, líquido	1.856	52.776	3.636	88	10.215	2.058	3.562	38.594	112.785	29.334	142.119
Em 31 de dezembro 2012											
Saldo inicial	1.856	52.776	3.636	88	10.215	2.058	3.562	38.594	112.785	29.334	142.119
Aquisições	2.500	25.404	2.556	166	124	688	1.852	43	33.333	18.475	51.808
Trasferências		13.062							13.062	(13.062)	
Depreciação	(954)	(3.621)	(978)	(144)	(825)	(321)	(882)		(7.725)		(7.725)
Saldo contábil, líquido	3.402	87.621	5.214	110	9.514	2.425	4.532	38.637	151.455	34.747	186.202
Em 31 de dezembro 2012											
Custo	4.787	107.772	7.721	424	12.428	3.640	9.524	38.637	184.933	34.747	219.680
Depreciação acumulada	(1.385)	(20.151)	(2.507)	(314)	(2.914)	(1.215)	(4.992)		(33.478)		(33.478)
Saldo contábil, líquido	3.402	87.621	5.214	110	9.514	2.425	4.532	38.637	151.455	34.747	186.202
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	10	20	6,7	10	20				

(b) Composição do saldo – Consolidado

	Computador	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2011											
Saldo inicial	1.729	66.181	6.327	400	11.036	3.270	6.682	10.305	105.930	46.345	152.275
Aquisições	1.635	3.402	2.840	122		946	1.816	28.295	39.056	13.872	52.928
Alienações				(225)					(225)		(225)
Depreciação	(354)	(5.288)	(1.160)	(178)	(721)	(598)	(1.536)		(9.835)		(9.835)
Saldo contábil, líquido	3.010	64.295	8.007	119	10.315	3.618	6.962	38.600	134.926	60.217	195.143
Em 31 de dezembro 2011											
Custo	3.920	83.716	10.825	309	12.412	5.483	13.570	38.600	168.835	60.217	229.052
Depreciação acumulada	(910)	(19.421)	(2.818)	(90)	(2.197)	(1.865)	(6.608)		(33.909)		(33.909)
Saldo contábil, líquido	3.010	64.295	8.007	219	10.215	3.618	6.962	38.600	134.926	60.217	195.143
Em 31 de dezembro 2012											
Saldo inicial	3.010	64.295	8.007	219	10.215	3.618	6.962	38.600	134.926	60.217	195.143
Aquisições	3.500	28.202	5.152	166	124	2.098	2.912	43	42.197	41.340	83.537
Transferências		45.652							45.652	(45.652)	
Depreciação	(1.448)	(4.501)	(2.109)	(193)	(825)	(624)	(1.926)		(11.626)		(11.626)
Saldo contábil, líquido	5.062	133.648	11.050	192	9.514	5.092	7.948	38.643	211.149	55.905	267.054
Em 31 de dezembro 2012											
Custo	7.438	157.547	16.013	752	12.428	7.441	16.680	38.643	256.942	55.905	312.847
Depreciação acumulada	(2.376)	(23.899)	(4.963)	(560)	(2.914)	(2.349)	(8.732)		(45.793)		(45.793)
Saldo contábil, líquido	5.062	133.648	11.050	192	9.514	5.092	7.948	38.643	211.149	55.905	267.054
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	10	20	6,7	10	20				

(c) Outras informações

(c.i) Propriedades em arrendamentos mercantis – Controladora

A Companhia possui contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

				2012	2011
Tipo	**Prazo do contrato**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Edifícios	de 20 a 21 anos	44.991	(10.563)	34.428	36.577

(c.ii) Propriedades em arrendamentos mercantis – Consolidado

O Grupo possui contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

				2012	2011
Tipo	**Prazo do contrato**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Edifícios	de 20 a 21 anos	53.794	(12.262)	41.532	42.116

(c.iii) Garantias

A Companhia possui contratos de empréstimos (*leasings*) o qual aliena fiduciariamente os bens adquiridos. Os bens alienados referem-se a veículos, aeronaves, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática. Em 31 dezembro de 2012, a Controladora possuía R$ 14.548 alienados fiduciariamente (2011 - R$ 14.130), e o consolidado possuía R$ 17.101 alienados fiduciariamente (2011 - R$ 15.399).

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Fornecedores nacionais	1.711	5.460	3.540	6.146
Prestadores nacionais	48	49	108	95
	1.759	5.509	3.648	6.241

13 Compromissos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Contas a pagar por aquisições de imóveis (a)	12.763	8.390	12.763	8.390
Contas a pagar por aquisição de investimentos (b)	1.396	1.471	1.396	1.471
	14.159	9.861	14.159	9.861
(-) Circulante	(12.763)	(8.390)	(12.763)	(8.390)
Não circulante	1.396	1.471	1.396	1.471

(a) Referem-se ao contas a pagar de 50% dos valores das aquisições do imóvel da Sasderba (Associação Assistencial dos Servidores do DER-BA) em Salvador, do imóvel da Comercial Nortista em Aracaju, do imóvel da Diniz Engenharia em Recife e do Edifício Santo Albino em Recife.

(b) O registro desta obrigação presente de investimentos ocorre devido à cláusula contratual do Instrumento Contratual de Aquisição da ADEA – Sociedade de Desenvolvimento Avançado Ltda., onde houve uma retenção a título de *Escrow Account* no valor de R$ 871 e a título de caução no valor de R$ 325, montando o saldo de R$ 1.196 (2011 – R$ 1.471), cuja movimentação é autorizada apenas para pagamento de contingências, e que será liberado após 5 anos, e da retenção a título de *Escrow Account* no valor de R$ 200 do Instrumento Contratual de Aquisição da Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS.

14 Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	**Encargos financeiros**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Capital de Giro (1)	CDI + 2,5% a.a.	67.919	38.511	67.923	38.517
Finame (2)	TJLP + 3,18% a 4,50% a.a.	5.979	6.636	5.979	7.456
Leasing (2)	0,90% a 1,73% a.m.	5.502	5.710	7.494	5.875
		79.400	50.857	81.396	51.848
(-) Circulante		(37.897)	(4.182)	(38.854)	(4.603)
Não circulante		41.503	46.675	42.542	47.245

(1) Garantidos com títulos em cobrança.

(2) Garantidos por alienação fiduciária do bem e/ou nota promissória. Referem-se principalmente a *leasing* de equipamentos de informática, televisores, condicionadores de ar, entre outros.

Não há valores de empréstimos e financiamentos mantidos em moeda estrangeira.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
2013		10.186		10.596
2014	12.832	10.617	13.614	10.768
2015	11.893	10.331	12.150	10.340
2016	11.175	10.311	11.175	10.311
2017	3.633	3.424	3.633	3.424
A partir de 2018	1.970	1.806	1.970	1.806
	41.503	46.675	42.542	47.245

15 Salários, encargos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Salários a pagar	2.945	2.273	4.889	3.347
Provisão para férias e encargos	5.921	4.606	9.104	6.475
Encargos sociais	1.441	1.363	2.457	2.009
Outros	102	145	135	193
	10.409	8.387	16.585	12.024

16 Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia e o grupo possuem contratos de aluguéis de imóveis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado e nas obrigações de arrendamento mercantil, conforme Nota 11.

O prazo dos contratos são de vinte anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

Os contratos foram considerados, no julgamento da Companhia, como arrendamento mercantil financeiro essencialmente pelo prazo dos contratos de aluguel representarem a maior parte da vida econômica dos ativos.

Os contratos foram calculados a valor presente a uma taxa de 1,05% a.m.

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Controladora			2012	2011
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
2012				865
2013	6.967	(5.986)	981	
	6.967	(5.986)	981	865
Não circulante				
2013				981
2014	6.967	(5.854)	1.113	1.113
2015	6.967	(5.704)	1.263	1.263
2016	6.967	(5.535)	1.432	1.432
2017	6.967	(5.342)	1.625	1.625
2018 em diante	76.835	(35.521)	41.314	41.314
	104.703	(57.956)	46.747	47.728
	111.670	(63.942)	47.728	48.593

Consolidado			2012	2011
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
2012				978
2013	8.287	(7.167)	1.120	
	8.287	(7.167)	1.120	978
Não circulante				
2013				1.111
2014	8.287	(6.995)	1.292	1.263
2015	8.287	(6.818)	1.469	1.434
2016	8.287	(6.619)	1.668	1.630
2017	8.287	(6.391)	1.896	1.896
2018 em diante	91.320	(42.664)	48.656	46.802
	124.468	(69.487)	54.981	54.136
	132.755	(76.654)	56.101	55.114

17 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social é dividido em 26.878.824 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando em 31 de dezembro de 2012 o valor de R$ 71.837.

Na emissão de ações ordinárias, sem valor nominal, a Companhia incorreu em gastos no montante de R$ 866. Esses gastos relativos à emissão das referidas ações foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como redutores da conta de capital social.

Em 12 de agosto de 2013 a companhia aprovou o desdobramento de 4 notas de ações para cada 1 ação antiga. Portanto o capital social da Companhia passa a ser dividida em 107.515.296 ações ordinárias sem valor nominal. Os cálculos do lucro e do dividendo por ação foram ajustados retropsectivamente baseado neste desdobramento.

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada (quantidade de ações):

	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011
	Ordinárias	Total	%	Total
José Janguie Bezerra Diniz	94.274.036	94.274.036	87,68%	94.274.036
Jânyo Janguiê Bezerra Diniz	1.075.152	1.075.152	1,00%	1.075.152
Poah One Acquisition Holdings VII LLC	12.166.108	12.166.108	11,32%	12.166.108
	107.515.296	107.515.296	100,00%	107.515.296

(b) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2008). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Devido à adesão ao Prouni, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer referida capitalização.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(d) Retenção de lucros

Representa a parcela destinada do lucro, destinada para conta de Reserva de Retenção de Lucros para futuro investimento de capital e estará sujeito à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.

(e) Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos e movimentações dos exercícios findos em 31 de dezembro referem-se ao custo atribuído aos bens do ativo imobilizado. Conforme Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, quando da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43 no que diz respeito ao ativo imobilizado, a administração da entidade identificou bens ou conjuntos de bens de valores relevantes ainda em operação, relevância essa medida em termos de provável geração futura de caixa, e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo em seus saldos iniciais.

(f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, ressalvado os casos em que o Acordo de Acionistas estabeleça diferente, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os dividendos o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	Consolidado	
	2012	**2011**
Lucro líquido do exercício	64.239	31.553
(-) Reserva de Incentivo Fiscal (a)	(22.092)	(11.655)
	42.147	19.898
Constituição da reserva legal	(3.212)	(1.578)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	38.935	18.320
Dividendo mínimo obrigatório calculado	9.734	4.580
Dividendos adicionais pagos e/ou propostos	2.123	283
No final do exercício	11.857	4.863
Média ponderada de ações em circulação no final do exercício*	107.515.296	107.515.296
Dividendos por ação	0,11	0,05

(a) A reserva de incentivo fiscal considerara para efeito de calculo de dividendos inclui a retenção de reservas de incentivo fiscal das controladas.

*Vide Nota 17 (a)

18 Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Receita com prestação de serviços				
Mensalidade de graduação	199.524	146.804	319.870	210.974
Mensalidade de pós graduação	4.484	2.475	12.628	3.306
Outras receitas	4.557	4.669	9.532	13.540
	208.565	153.948	342.030	227.820
Impostos, descontos e abatimentos sobre serviços				
Impostos incidentes sobre serviços	(8.756)	(6.519)	(14.506)	(9.753)
Descontos, bolsas e abatimentos	(30.044)	(24.524)	(44.239)	(34.550)
	(38.800)	(31.043)	(58.745)	(44.303)
Receita líquida	169.765	122.905	283.285	183.517

19 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Pessoal e encargos	39.208	32.556	69.608	50.915
Depreciação e amortização	2.788	1.976	4.901	3.017
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	2.566	1.550	3.886	2.311
Energia elétrica, água e telefone	4.736	3.863	8.968	6.259
Aluguéis	8.214	5.932	13.133	8.222
Outros	949	747	1.691	1.092
	58.461	46.624	102.187	71.816

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Pessoal e encargos sociais	23.013	18.444	33.865	23.985
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	8.659	7.194	10.599	8.805
Publicidade e propaganda	10.182	6.536	19.637	12.041
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	9.731	3.330	15.566	6.741
Depreciação e amortização	6.445	6.610	8.552	8.293
Materiais de expediente	3.152	2.243	4.070	2.832
Tributos	1.162	1.330	1.779	1.564
Outros	3.531	2.032	5.038	2.851
	65.875	47.719	99.106	67.112

21 Receita e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Despesas financeiras				
Despesas de juros	(7.102)	(6.082)	(7.474)	(6.406)
Juros de arrendamentos mercantis	(6.117)	(6.204)	(7.214)	(7.124)
Descontos concedidos	(862)	(832)	(2.477)	(2.657)
Ajuste a valor presente		(287)	(2)	(1.765)
Outros	(696)	(561)	(1.195)	(861)
	(14.777)	(13.966)	(18.362)	(18.813)
Receitas financeiras				
Juros	4.141	2.678	5.522	4.566
Rendimentos de aplicações financeiras	537	1.818	537	1.824
Ajuste a valor presente	1.122		2.545	
Descontos obtidos	139	145	198	220
Outros	64	148	142	158
	6.003	4.789	8.944	6.768
Despesa financeira, líquida	(8.774)	(9.177)	(9.418)	(12.045)

22 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas. A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	65.423	32.130	66.987	33.284
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	22.244	10.924	22.776	11.317
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007	60	577	11	1.163
Equivalência patrimonial	(10.830)	(3.881)		
Despesas não dedutíveis	1.109	210	1.778	548
Compensação de prejuízo fiscal			(683)	(507)
	12.583	7.830	23.882	12.521
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	(11.399)	(7.253)	(22.092)	(11.655)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	1.184	577	1.790	866
Alíquota efetiva - %	1,81%	1,80%	2,67%	2,60%

(i) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social para as empresas regidas pelo Lucro Presumido

	Consolidado	
	2012	**2011**
Receita bruta de vendas	8.612	6.354
Presunção 32% - Imposto de renda	2.615	1.972
Presunção 32% - Contribuição Social	2.615	1.982
Receitas de aluguéis		355
Receitas Financeiras	153	216
Imposto de renda - Presumido	692	636
Contribuição Social- Presumido	249	230
Imposto de renda e contribuição social	941	866

(ii) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**
Imposto de renda e Contribuição Social do exercício corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro real	1.184	577	1.790	866
Imposto de renda e Contribuição Social do exercício corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro presumido			941	866
	1.184	577	2.731	1.732
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	65.423	32.130	66.987	33.284
Alíquota efetiva - %	1,81%	1,80%	4,08%	5,20%

23 Partes relacionadas

(a) Mútuos entre partes relacionadas

	Controladora	
	2012	**2011**
Ativo		
Mútuo		
FMN Clínica de Fisioterapia Ltda.	5	93
Instituto Maurício de Nassau	160	159
	165	252
Passivo		
Mútuo		
Educred Administ. de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	256	631
Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	51	
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda.	643	
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	484	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	2.975	
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	311	
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado - ADEA	6	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.		67
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.		118
	4.726	816

	Consolidado	
	2012	**2011**
Ativo		
Mútuo		
Instituto Maurício de Nassau	171	171
	171	171

O mútuo com partes relacionadas referem-se a pagamentos realizados entre as empresas do Grupo para cobrir despesas incorridas. As transações foram feitas considerando a inexistência de juros e prazo para vencimento, portanto vencíveis a vista.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores estatutários da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Remuneração total do pessoal-chave da administração	1.464	1.280	1.464	1.280

(c) Outras transações

	Controladora					
	2012			2011		
	Pagamentos	Despesa	Passivo	Pagamentos	Despesa	Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	11.265	3.838	45.355	9.950	2.700	46.177
Aluguéis - E Lucena S.A. (ii)	839	839		662	662	
Construção de edificações (iii)	10.098			2.177		
Ações sociais (iv)	776			593		
Publicidade e propaganda (v)	362					
	23.340	4.677	45.355	13.382	3.362	46.177

	Consolidado					
	2012			2011		
	Pagamentos	Despesa	Passivo	Pagamentos	Despesa	Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	11.265	3.838	45.355	9.950	2.700	46.177
Aluguéis - E Lucena S.A. (ii)	839	839		662	662	
Construção de edificações (iii)	10.098			2.177		
Ações sociais (iv)	776			593		
Publicidade e propaganda (v)	362					
	23.340	4.677	45.355	13.382	3.362	46.177

(i) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa JJ Participações e Projetos Ltda, empresa pertencente ao acionista José Janguiê Bezerra Diniz. Os imóveis estão localizados nas cidades de Recife, Fortaleza, Campina Grande, Caruaru e Maceió. Os contratos foram firmados pelo prazo de vinte anos, e estão registrados no balanço como propriedades em arrendamentos mercantis, e obrigações com arrendamentos mercantis. O prazo dos contratos são de vinte anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

(ii) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa E Lucena S/A, empresas pertencente ao acionista José Janguiê Bezerra Diniz. Os imóveis estão localizados na cidade de Recife. Os contratos foram firmados pelo prazo de dez anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

(iii) A Companhia firmou contratos de construção e reformas das unidades de Recife, Maceió, João Pessoa e Salvador com a empresa Indústria e Construções Vão Livre S.A., empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguiê Bezerra Diniz. Os dispêndios efetuados no contrato estão registrados no imobilizado da Companhia.

(iv) A Companhia firmou contratos com o Instituto Ser Educacional, empresa mantida pelo Ser Educacional S.A para realizar ações de responsabilidade social. As transações com esta empresa envolvem doação de recursos para o desenvolvimento de atividades de apoio prestadas nas áreas de pesquisa, extensão e artes, pesquisas de mercado, bolsas de pesquisa, ações integração comunitária, além de outras atividades. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.

(v) A Companhia firmou contratos com a empresa Sistema de Comunicação Leia Já, empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguiê Bezerra Diniz. As transações com esta empresa envolvem a prestação de serviços de publicidade e propaganda. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.

24 Provisão para contingência

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

(a) Cível

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R$ 247 em 31 de dezembro de 2012 (2011 - R$ 84). A administração mantém provisão no montante de R$ 529 para o Grupo (2011 - R$ 84).

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 93 (2011 - R$ 391), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 390 (2011 - R$ 391), para os quais não há provisão constituída.

Dentre as principais ações não provisionadas, podemos destacar:

(i) 0035620-18.2006.8.17.0001 - Trata-se de ação civil pública visando a modificar a forma de pagamento da mensalidade em virtude do número de disciplina cursadas. A questão em apreço gira em torno do fato da sociedade cobrar a mensalidade dos seus clientes (alunos) pelo serviço ofertado, o que gerou irresignação frente aos consumidores que entendem que devem pagar a mensalidade por disciplina cursada, e não pelo valor total como se tivessem cursando todas as disciplinas daquele semestre. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R$ 300.

(i) 008895-89.2006.8.17.0001 – Ação para caracterizar os descontos das mensalidades dos cursos da FMN como afronta aos princípios do direito consumidor, pois esses descontos podem chegam a aproximadamente 24%, e, supostamente, estaria tentando afastar a aplicação da multa legal de 2% previsto para as multas moratórias, revelando suposta, lucratividade excessiva da sociedade e grande onerosidade para os alunos consumidores. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R$ 30.

(b) Trabalhista

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R$ 216 em 31 de dezembro de 2012 (2011 - R$ 89). A administração mantém provisão no montante de R$ 436 para o grupo (2011 - R$ 89).
Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 59 (2011 - R$ 300), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 155 (2011 - R$ 391), para os quais não há provisão constituída.

(c) Tributário

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza tributária e, para suportar prováveis perdas com essas causas, a administração não mantém provisão, pois não há, nesta mesma data processo com perda provável.

Da mesma forma os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das poucas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 3.780 (2011 - R$ 3.780).

Dentre as principais ações e tributárias não provisionadas, podemos destacar:

(i) 0045068-73.2010.8.17.0001 - Ação ordinária contra o Município do Recife, objetivando a anulação de débito fiscal decorrente de processo administrativo Nº 07.39452.5.09, bem como a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária relativa ao recolhimento de ISS sobre valores não recebidos em função de desconto concedido a seus tomadores de serviço. A questão em apreço se refere ao fato da sociedade conceder descontos escalonados para seus clientes (alunos) que pagarem a mensalidade antecipadamente, podendo pagar nos dias 5, 10, 20 e 30, onde o desconto diminui proporcionalmente com o passar dos dias. Neste caso o ISS é cobrado pela receita da empresa, contudo o Município do Recife entende que a receita é o valor inserido no boleto dos alunos, desconsiderando a receita auferida pela instituição quando da aplicação dos descontos, havendo a majoração da base de cálculo do imposto. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R$ 7.710.

(ii) 0045139–92.2010.8.02.0001 - Ação cautelar preparatória visando a suspensão da exigibilidade de crédito tributário alcançado pela suspensão nos termos da legislação através da impugnação em esfera administrativa, tendo a medida liminar deferida, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, estando pendente de julgamento. Em apertada síntese, a situação se refere ao fato da entidade educacional preencher todos os requisitos para o reconhecimento de sua imunidade tributária, dentre os quais não distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, aplicando-os integralmente no país e na manutenção dos seus objetivos institucionais. Todavia, consoante afirma, vem sendo compelida pelo município de Maceió a recolher o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), inclusive com a lavratura dos autos de infração n.º 2007.000.21712 e 2007.000.21742, e que, não obstante o manejo dos recursos administrativos pertinentes, até o presente momento não obteve êxito. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R$ 165.

(iii) 0020993-62.2013.8.17.0001 - Trata-se de ação anulatória contra o Município do Recife, por ilegalidade da notificação fiscal em desfavor da empresa autora, tendo sido concedida a liminar, ante ao depósito integral, para suspender a exigibilidade do crédito tributário, estando ainda pendente de julgamento. A questão em apreço se refere ao fato da sociedade ser beneficiária dos programas educacionais do governo federal, especificamente o PROUNI, o que acarreta em não geração de receita para a sociedade, consequentemente não deve haver tributação, contudo o Município do Recife entende que a receita é o valor do benefício fiscal concedido à IES em razão do PROUNI, desconsiderando a legislação, majorando indevidamente a base de cálculo do imposto. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R$ 305.

(iv) 10480.727015/2011-88 - Trata-se de processo administrativo onde a douta fiscalização aponta infração à legislação tributária caracterizada por divergências entre as informações prestadas na contribuição do Imposto de Renda Retido na Fonte dos anos calendários de 2008, 2009 e 2010. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R$ 2.496.

25 Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	64.239	31.553
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)*	107.515	107.515
Lucro básico por ação - R$	0,60	0,29

* Vide Nota 17 (a)

26 Combinação de Negócios

(i) Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS, com sede na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. A contraprestação pela compra foi de R$ 906, sendo pago em 2012 o valor de R$ 706 e o saldo a pagar a ser realizado até o fim do exercício de 2013.

A Unidade possui aproximadamente 100 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 2 cursos de graduação. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS, os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	SESPS
Valor da aquisição	
Contraprestação pela compra	906
Caixa e equivalentes de caixa	56
Clientes	63
Intangível	31
Licenças (intangível identificado)	467
Imobilizado	52
Fornecedores	(46)
Obrigações trabalhistas	(229)
Obrigações tributárias	(34)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(34)
Partes relacionadas	(463)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	(137)
Goodwill	1.043
	906

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

i) **Contas a receber de clientes:** o valor justo de contas a receber de clientes foi apurado considerando a realização dos créditos adquiridos;

ii) **Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Mantenças credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto.

A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método *With or Without Method* ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.

A demonstração do resultado consolidada do exercício de 2012 inclui, desde a data de aquisição e para o exercício social de 2012, receitas e prejuízo nos montantes de R$ 433 e R$ 2.579, respectivamente.

(ii) Universo Professores Associados - FAUNI

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Universo Professores Associados S/S Ltda. - FAUNI, com sede na Cidade de Belém, Estado do Pará. A contraprestação pela compra foi de R$ 1.600, sendo pago à vista.

A Unidade possui aproximadamente 80 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 10 cursos de graduação. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários do Universo Professores Associados S/S Ltda. - FAUNI, os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	FAUNI
Valor da aquisição	
Contraprestação pela compra	1.600
Caixa e equivalentes de caixa	126
Clientes	511
Licenças (intangível identificado)	1.261
Fornecedores	(70)
Obrigações trabalhistas	(52)
Obrigações tributárias	(21)
Outras contas a pagar	(398)
Partes relacionadas	(716)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	641
Goodwill	959
	1.600

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

i) **Contas a receber de clientes:** o valor justo de contas a receber de clientes foi apurado considerando a realização dos créditos adquiridos;

ii) **Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Mantenças credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto.

A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método *With or Without Method* ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.

A demonstração do resultado consolidada do exercício de 2012 inclui, desde a data de aquisição e para o exercício social de 2012, receitas e prejuízo nos montantes de R$ 3.637 e R$ 1.112, respectivamente.

27 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2012, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio de bens do imobilizado (Prédios/Conteúdos)	R$ 28.000.000
Incêndio de bens do imobilizado (Caso aeronáutico)	US$ 8.300.000
Incêndio de bens do imobilizado (R.E.T.A aeronáutico)	R$ 978.245
Incêndio/Terceiros/Casco de Veículo leves e pesados	100% Fipe
Responsabilidade civil dos administradores	R$ 5.000.000

28 Eventos Subsequentes

(i) Faculdade Piauiense e Faculdade Aliança

Em 09 de janeiro de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, localizada na cidade de Teresina, Estado de Piauí. Na mesma data, a Companhia também adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. A contraprestação pela compra foi de R$ 29.798, sendo pago até 30 de junho de 2013 o valor de R$ 7.488 e o resto a pagar em 4 parcelas semestrais até fevereiro de 2015.

As Unidades possuem aproximadamente 4.800 alunos alocados em 3 campi, e contém no seu portfólio 19 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

Um passivo contingente no valor de R$ 3.249 foi reconhecido referente às exposições trabalhistas do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. Em 30 de junho de 2013, não houve mudanças no valor reconhecido para o passivo na data de aquisição, uma vez que não houve qualquer mudança nos resultados ou premissas usados para desenvolver as estimativas.

Os acionistas vendedores concordaram contratualmente em indenizar a Ser Educacional pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito à ação acima mencionada. Um ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, foi reconhecido pela Companhia. O ativo de indenização é deduzido da contraprestação transferida para a combinação de negócios. Adicionalmente, não houve mudança no valor reconhecido para o ativo de indenização em 30 de junho de 2013.

O *goodwill*, no valor de R$ 13.778, que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura das Unidades. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

Como se trata de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração.

(ii) Winglet

Em 01 de março de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Winglet Escola de Aviação Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco. A contraprestação pela compra foi de R$ 120, sendo R$ 79 pagos à vista, e R$41 retido para compensação de dívida líquida a ser apurada, com pagamento previsto para agosto de 2013.

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

Como se trata de uma avaliação preliminar, o ágio ainda poderá sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração.

(iii) Faculdade Decisão.

Em 09 de julho de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade Educacional Paulista Ltda (FADE), com sede na cidade de Paulista, estado de Pernambuco, pelo valor de R$3.380. O pagamento foi acordado da seguinte forma:

(i) R$140 pagos à vista.

(ii) R$3.240 a serem pagos em 36 prestações mensais e consecutivas de R$90 a partir de agosto de 2013, atualizadas a cada 12 meses pelo IGPM.

A sociedade é mantenedora da Faculdade Decisão e possui aproximadamente 655 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 5 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumento sua presença nesse mercado.

(iv) Faculdade Juvêncio Terra Ltda.

Em 25 de julho de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda. (Faculdade Juvêncio Terra), com sede na cidade de Vitória da Conquista, estado da Bahia. O pagamento foi acordado da seguinte forma:

(i) O valor de aquisição foi de R$ 5.000

(ii) Retenção de R$ 5.000 para compensação de dívida líquida apurados na data da transação. O valor foi descontado do preço.

A sociedade é mantenedora da Faculdade Juvêncio Terra e possui aproximadamente 530 alunos alocados em 1 campius, e contém no seu portfólio 5 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumento sua presença nesse mercado.

(v) Cisão do capital social

Em 30 de maio de 2013 foram realizadas as cisões parciais de determinados ativos das sociedades ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda., CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. e ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda., todas subsidiárias da Companhia, sendo os acervos cindidos compostos por ativos imobilizados transferidos à Companhia.

Em 28 de junho de 2013, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, com a transferência de determinados ativos à holding JJ Participações e Projetos Ltda. de ativos e passivos principalmente ativos imobilizados. A JJ Participações e Projetos Ltda. é uma empresa sob controle comum do acionista controlador da Companhia, portanto a transação foi efetuada a valor de livros.

Terrenos	43.677
Edificações	86.211
Aeronaves	8.567
Imobilizado cindido	138.455
Empréstimos a pagar cindidos	(4.912)
Compromissos a pagar cindidos	(7.839)
Acervo líquido cindido	125.704

Concomitantemente à cisão, foram firmados contratos de locação de longo prazo entre a Companhia e a JJ Participações e Projetos Ltda., garantindo à Companhia o direito de uso dos imóveis, a partir de 1 de julho de 2013, pelo prazo mínimo de 10 anos, prorrogável por igual período a critério exclusivo da Companhia. Os valores dos contratos foram determinados com base em laudo de avaliação de especialistas.

Não houve mudanças na distribuição do capital social da Companhia, mas sim uma redução de seu patrimônio líquido em valor equivalente ao acervo cindido no montante de R$ 125.704.

* * *